

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 136 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por vinte minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:46 HORAS E REABERTA ÀS 09:16 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO PEDRO SATÉLITE.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Declaro reaberta a presente Sessão.
Solicito ao Deputado José Carlos Freitas que assuma a 1ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido.
O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, colegas Deputados, para apresentar algumas proposições:

1ª) Indica ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, a necessidade da implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Salto do Céu.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, mostrando a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Salto do Céu.

JUSTIFICATIVA

A implantação do Sistema de Telefonia Celular em nosso Estado representou um grande avanço, pois, além de transmitir a palavra a longa distância, evita o deslocamento dos usuários de uma região para outra, a fim de efetuar suas ligações.

Além disso, o telefone celular vem facilitando aos produtores, empresários, comerciantes, moradores, enfim, todas as classes sociais do Estado a efetuarem seus negócios.

Ocorre que em alguns municípios do Estado este sistema ainda não foi implantado, ficando os moradores completamente prejudicados com a falta desse meio de comunicação tão importante e útil que é o telefone celular.

O Município de Salto do Céu, situado na região Sudoeste mato-grossense, tem sua economia voltada para a agricultura e pecuária. Hoje, com 5.669 habitantes, ainda não foi beneficiado com este moderno meio de comunicação.

Objetivando oferecer melhores condições de transmissão de mensagens à população local é que propomos a presente Indicação para que seja implantado, com a máxima urgência, o Sistema de Telefonia Celular naquele município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

2ª) Indica ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Reserva do Cabaçal.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, mostrando a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Reserva do Cabaçal

JUSTIFICATIVA

A implantação do Sistema de Telefonia Celular em nosso Estado representou um grande avanço, pois além de transmitir a palavra a longa distância evita o deslocamento dos usuários de uma região para outra, a fim de efetuarem suas ligações.

Além disso, o telefone celular vem facilitando aos produtores, empresários, comerciantes, moradores, enfim, todas as classes sociais do Estado a efetuarem seus negócios.

Ocorre que em alguns municípios do Estado este sistema ainda não foi implantado, ficando os moradores completamente prejudicados com a falta deste meio de comunicação tão importante e útil que é o telefone celular.

O Município de Reserva do Cabaçal, situado na região Sudoeste mato-grossense, tem sua economia voltada para a agricultura e pecuária. Hoje, com 2.789 habitantes, ainda não foi beneficiado com este moderno meio de comunicação.

Objetivando oferecer melhores condições de transmissão de mensagens à população local é que propomos a presente Indicação, para que seja implantado com a máxima urgência o Sistema de Telefonia Celular naquele município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

3ª) Indica ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Lambari d'Oeste.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, mostrando a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Lambari d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A implantação do Sistema de Telefonia Celular em nosso Estado representou um grande avanço, pois além de transmitir a palavra a longa distância evita o deslocamento dos usuários de uma região para outra, a fim de efetuarem suas ligações.

Além disso, o telefone celular vem facilitando aos produtores, empresários, comerciantes, moradores, enfim, todas as classes sociais do Estado a efetuarem seus negócios.

Ocorre que em alguns municípios do Estado este sistema ainda não foi implantado, ficando os moradores completamente prejudicados com a falta deste meio de comunicação tão importante e útil que é o telefone celular.

O Município de Lambari d'Oeste, situado na região Sudoeste mato-grossense, tem sua economia voltada para a agricultura e pecuária. Hoje, com 5.784 habitantes, ainda não foi beneficiado com este moderno meio de comunicação.

Objetivando oferecer melhores condições de transmissão de mensagens à população local é que propomos a presente Indicação, para que seja implantado com a máxima urgência o Sistema de Telefonia Celular naquele município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

4ª) Indica ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Rio Branco.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Supervisor-Geral da TELEMAT Celular, Alexandre Miziara, mostrando a necessidade de implantação do Sistema de Telefonia Celular no Município de Rio Branco.

JUSTIFICATIVA

A implantação do Sistema de Telefonia Celular em nosso Estado representou um grande avanço, pois além de transmitir a palavra à longa distância evita o deslocamento dos usuários de uma região para outra, a fim de efetuarem suas ligações.

Além disso, o telefone celular vem facilitando aos produtores, empresários, comerciantes, moradores, enfim, todas as classes sociais do Estado a efetuarem seus negócios.

Ocorre que em alguns municípios do Estado este sistema ainda não foi implantado, ficando os moradores completamente prejudicados com a falta deste meio de comunicação tão importante e útil que é o telefone celular.

O Município de Lambari d'Oeste, situado na região Sudoeste mato-grossense, tem sua economia voltada para a agricultura e pecuária. Hoje, com 5.730 habitantes, ainda não foi beneficiado com este moderno meio de comunicação.

Objetivando oferecer melhores condições de transmissão de mensagens à população local é que propomos a presente Indicação para que seja implantado com a máxima urgência o Sistema de Telefonia Celular naquele município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

5ª) Indica ao Sr. Diretor da TELEMAT S/A, Tele Centro Sul, a necessidade da instalação de um telefone comunitário, tipo “orelhão”, no Centro Educacional Mundo das Letras, sito na Rua C, Casa 05, Quadra 12, Bairro Santa Izabel, Município de Várzea Grande.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requieiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor da TELEMAT S/A, Tele Centro Sul, mostrando a urgente a necessidade de instalação de um telefone comunitário, tipo “orelhão”, no Centro Educacional Mundo das Letras, sito na Rua C, Casa 05, Quadra 12, Bairro Santa Izabel, Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Centro Educacional Mundo das Letras atende inúmeras crianças e adolescentes, que vêm sofrendo com a falta de um meio de comunicação eficaz, capaz de transmitir diálogos a longa distância.

A falta deste tão importante meio de comunicação vem prejudicando tanto o corpo docente como o discente, pois ficam impedidos de se comunicarem. Em caso de extrema necessidade são obrigados a deslocarem-se fora do recinto escolar, correndo o risco de atropelamento e assaltos.

Objetivando solucionar este grave problema é que propomos a presente Indicação para que seja instalado um “orelhão” nas dependências deste Centro Educacional.

Na certeza de ser relevante este benefício para o corpo educacional, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

6ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade da instalação de um posto de saúde devidamente equipado no Bairro Jardim das Palmeiras, Município de Campo Novo do Parecis.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente necessidade da instalação de um posto de saúde devidamente equipado no Bairro Jardim das Palmeiras, Município de Campo Novo do Parecis.

JUSTIFICATIVA

A vigilância à saúde é fundamental, não só nas ações de prevenção e controle, mas, sobretudo, na inter-relação de ações de planejamento à saúde nos municípios.

O bem mais precioso do ser humano é a vida, contudo, a grande dificuldade enfrentada pela comunidade em geral é a falta de infra-estrutura na área de saúde, ou seja, falta de hospitais, falta de postos de saúde, falta de medicamentos, falta de ambulâncias, enfim, a saúde de uma forma geral passa por um processo deficitário em todo o País.

No Bairro Jardim das Palmeiras residem mais de oitocentas famílias, que sofrem com a falta de assistência na área da saúde, pois não possuem nenhum posto para atender a comunidade local, sendo estas obrigadas a deslocar-se para receberem atendimento médico/ambulatorial.

Visando sanar as dificuldades enfrentadas pelas famílias ali residentes é que apresentamos a presente Indicação, para que seja instalado um Posto de Saúde devidamente equipado no Bairro Jardim das Palmeiras, pois entendemos que apenas dessa forma resolveremos, ainda que parcialmente, os problemas de saúde dessa população.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio dos Srs. Mário Antônio Biava, Vamentino Bondespacho Santana, Presidente do Bairro jardim das Palmeiras e Joel Luiz da Silva, 1º Secretário.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra o Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, para apresentar uma Indicação:

Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de instalação de dois telefones públicos comunitários no Distrito de Nossa Senhora do Chumbo, no Município de Poconé.

Com fulcro no Art. 237, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, solicito à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade da instalação de dois telefones públicos comunitários no Distrito de Nossa Senhora do Chumbo, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Nossa Senhora do Chumbo, localizado no Município de Poconé, a aproximadamente cem quilômetros de nossa Capital, vem crescendo dia a dia, diante desse crescimento a população tem convivido com sérios problemas no setor de comunicação, uma vez que só existe um telefone público comunitário instalado no Distrito, e a Alcopan (Usina de Álcool) emprega pessoas de outros Estados que utilizam o telefone para se comunicarem com seus familiares.

A instalação de um telefone público torna-se cada vez mais urgente, pois se trata de uma melhoria de extrema utilidade para os moradores.

Diante do exposto é que pedimos a aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 26 de outubro de 1999.

Deputado JAIR MARIANO - PPS

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Milton Rodrigues.

O SR. MILTON RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Serys Slhessarenko para apresentar um Projeto de Lei:

Cria a indenização por restrição de espaço da vida silvestre das cidades por empresas concessionárias de serviços públicos e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual aprova e Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a indenização por restrição de espaço da vida silvestre por empresas concessionárias de serviço público.

Parágrafo único Sujeitam-se à indenização ao Poder Público Municipal as empresas que servirem do espaço de uso da vida silvestre, com ou sem autorização expressa da autoridade municipal, estadual e federal, observado o disposto nos Incisos I, II e III do Art. 30 da Constituição Federal.

Art. 2º O valor da indenização, devido a cada mês, será determinado multiplicando-se o equivalente a 10% (dez por cento) do volume total da receita obtida no município em questão, tendo em vista a restrição de espaço da vida silvestre.

Art. 3º Os recursos provenientes das indenizações serão obtidos diretamente pela Secretaria de Finanças Municipais ou órgão equivalente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O objetivo do presente Projeto de Lei é criar um instrumento justo de incentivo à preservação da biodiversidade local e, ao mesmo tempo, que permita que os municípios assumam o gerenciamento de seus recursos naturais, integrando permanentemente a comunidade, que observa a degradação da vida silvestre por projetos de desenvolvimento em muitos casos apoiados pelos Poderes públicos Estadual e Federal, e nada podem fazer.

Neste sentido é que apontamos soluções para os problemas locais da sociedade, oriundos de projetos regionais que comprometem a qualidade de vida das populações silvestres nos seus vários âmbitos.

Era o que tínhamos a declarar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.

Deputado MILTON RODRIGUES - PMDB

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Prefeito de Poxoréo, Sr. Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Prefeito de Poxoréo, Sr. Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, Moção de Congratulações pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse próspero Município. Estendemos esta Moção a toda a população de Poxoréo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 27 de outubro de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPB”

2ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações ao Presidente da Câmara Municipal de Poxoréo, Vereador José Correia Filho, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente da Câmara Municipal de Poxoréo, Sr. Vereador José Correia Filho, Moção de Congratulações pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse próspero Município. Estendemos esta Moção a toda a população de Poxoréo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPB”

3ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Moção de Congratulações ao Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador Fernando Subtil de Almeida, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia ao Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador Fernando Subtil de Almeida, Moção de Congratulações pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse próspero Município. Estendemos esta Moção a toda a população alto-araguaense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPB”

4ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Congratulações à Prefeita de Alto Araguaia, Srª Noemia Presser Niedermeier, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia à Prefeita de Alto Araguaia, Srª Noemia Presser Niedermeier, Moção de Congratulações pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse próspero Município. Estendemos esta Moção a toda a população alto-araguaense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPB”

5ª) EMENDA MODIFICATIVA:

“Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 210/99.

Modifica o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 210/99, que passa ter a seguinte redação:

‘Art. 1º ...

Art. 8º ...

Parágrafo único Para os fins previstos no *caput* deste artigo, o sujeito passivo da obrigação tributária poderá oferecer bens como dação em pagamento, os quais poderão ser aceitos como quitação do valor total de débitos, com os benefícios da Lei nº 7.137, de 12.07.99, após avaliados e consultados os interesses do Estado.

JUSTIFICATIVA

Com a presente Emenda, pretendemos estender os benefícios da Lei nº 7.137, de 12.07.99, ao pagamento dos débitos de ICMS através de bens.

A Procuradoria-Geral do Estado entende que os devedores de ICMS que tentam pagar suas dívidas de ICMS com bens não são beneficiados com o abatimento previsto no Artigo 1º da Lei nº 7.137.

Entendemos que essa interpretação não é correta, pois se existem duas formas de pagamento, dinheiro e bens, e pela Lei o benefício previsto não é direcionado somente para

um tipo de pagamento, no caso em dinheiro, logo o benefício deveria valer tanto para o pagamento em dinheiro como para o pagamento através de bens.

A principal finalidade da Lei nº 7.137 é o pagamento dos débitos fiscais pelos contribuintes em atraso. Não havendo os benefícios do abatimento para os contribuintes que pagam suas dívidas com bens, estaremos dificultando esse pagamento, além de dar um tratamento diferenciado para uma mesma situação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

6ª) EMENDA MODIFICATIVA:

“Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 210/99.

Modifica artigo do Projeto de Lei nº 210/99, que passa ter a seguinte redação:

‘Art. 1º ...

Art. 8º ...

Parágrafo único...

Art. 10...

Art. 12...

Parágrafo único Fica a Secretaria de Estado de Fazenda, ouvida a Procuradoria-Geral do Estado, autorizada a receber os débitos do ICMS citados no *caput* deste artigo, através da modalidade dação em pagamento.

JUSTIFICATIVA

Com a presente Emenda, pretendemos que os contribuintes em atraso com o Fisco estadual possam pagar suas dívidas integralmente através de bens.

O contribuinte que estiver em atraso com o Fisco estadual fica obrigado, através deste Projeto de Lei, caso opte pelo pagamento de seus débitos através de bens, a pagar 50% de sua dívida em dinheiro.

O mesmo contribuinte, se optar pelo pagamento na Justiça, poderá pagar integralmente sua dívida através de bens.

Se queremos receber, precisamos facilitar e não dificultar. Se na Justiça pode pagar integralmente, através de bens, porque fora da Justiça não pode?

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de outubro de 1999
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA).
Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Carlos Brito, convido o Deputado Riva para reassumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:30 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão, o assunto de que vamos tratar - e nós já nos inscrevemos em Sessões anteriores,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

no Grande Expediente, portanto, já demos alguns encaminhamentos sobre ele -, é a questão do transporte intermunicipal Cuiabá/Várzea Grande.

Quando da nossa inscrição no Grande Expediente, nós iríamos manifestar a nossa preocupação com a condução que vinha sendo dada ao fato, porque o Poder Público, as empresas que atuam no setor, usuários, empregados dessas empresas, cada qual falava uma língua diferente e, com certeza, distanciava-se de uma possível solução desta questão.

Um outro ponto é a vinculação desta solução com a efetiva implantação do Conselho Deliberativo do chamado Aglomerado Urbano. Nós entendemos a necessidade de deixar claro que o Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande há alguns anos foi aprovado por esta Casa, mediante lei, depois foi elaborado um decreto, regulamentando-o, mas de fato ele não foi implantado. Para a sua implantação, há necessidade do Conselho Deliberativo. Foi formada uma Comissão, a despeito de ser uma prerrogativa do Governo do Estado, ela foi estabelecida, e dela participam representantes dos dois municípios, das Câmaras Municipais e de alguns setores da sociedade, no sentido de elaborar um decreto que dará forma, dará corpo a este Conselho Deliberativo para que, uma vez empossado, possa efetivar esta questão do Aglomerado Urbano.

Surgida a questão do transporte intermunicipal, que não é nova, diga-se de passagem, ela veio à tona por uma decisão do Prefeito do vizinho Município de Várzea Grande de emitir uma autorização para que uma nova empresa circule naquele município. Até aí questionamentos, se tivessem que ocorrer, deveriam ser levantados pela Câmara Municipal daquele município; ocorre que, baseado nesta autorização precária, entendeu a empresa e aquele município que poderiam também cruzar a fronteira entre Várzea Grande e Cuiabá, cruzar os limites dos municípios e circular na Capital, o que provocou uma reação por parte do Governo do Estado, que efetivamente, mediante Lei Estadual e também por um princípio constitucional, detém a autonomia e a prerrogativa do gerenciamento intermunicipal.

Estabeleceu-se aí...

O Sr. José Carlos Freitas - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não!

O Sr. José Carlos Freitas - Deputado, com muito respeito, eu conheço o trabalho de V. Ex^a, que é atuante nesta questão do Aglomerado Urbano, mas nós entendemos que, infelizmente, está havendo, talvez - não sei se é falta de boa vontade por parte da equipe do Governo, das câmaras municipais -, uma demora muito grande, independente de cor partidária.

Nós deveríamos estar olhando mesmo é a questão dos usuários de transporte urbano, Cuiabá/Várzea Grande. Ora, nós estamos vivendo em um País democrático, onde nenhuma empresa é proibida de trabalhar e gerar empregos.

E hoje, como V. Ex^a faz parte da Comissão do Aglomerado Urbano, eu faço aqui um apelo a V. Ex^a, para que coloque este trabalho em prática o mais rápido possível, porque o povo não agüenta mais! É preciso liberdade... Neste País, o Governo tem que tocar - seja o Governo Federal, Estadual ou Municipal - apenas Saúde, Educação e Segurança. Agora, intervir nas empresas privadas é realmente um atraso para nós aqui hoje, para nosso País e, principalmente, aqui em Mato Grosso.

Reconheço o seu trabalho, tenho o maior respeito, mas eu peço que V. Ex^a ajude a implantar este sistema o mais rápido possível, porque nós precisamos gerar emprego.

Há muitas pessoas pelas ruas passando fome por falta de geração de emprego! E, hoje, é o momento de realmente incentivar as novas empresas que estão chegando a Mato Grosso, e neste caso há uma oportunidade de gerar mais ou menos quatrocentos empregos.

Eu peço a V. Ex^a e à equipe do Governo, por favor: Vamos implantar logo esse sistema! Independente de cor partidária, de Jaime, de Júlio e de Dante, vamos dar melhores condições de transporte urbano a nossa população.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS BRITO – Agradeço o aparte, Deputado José Carlos Freitas. Reconheço em V. Ex^a uma preocupação muito grande com o Município de Várzea Grande, de onde V. Ex^a é oriundo, é vice-prefeito daquele Município. O pronunciamento de V. Ex^a só corrobora o que eu digo. Quer dizer, o aglomerado demorou até agora e vai demorar mais um pouco, porque é difícil implementar uma questão complexa como esta a toque de caixa. Os governos, tanto o atual quanto o anterior, não conseguiram fazê-lo em seis anos, e com certeza não haveremos de conseguir em alguns dias.

Portanto, quando optamos por desvincular, por apresentar uma proposta, pela idéia de desvincular a solução da questão do transporte do aglomerado urbano da implantação do Conselho, foi exatamente com esta visão, e venho debatendo desde o início... Se Cuiabá se organizou, avançou, melhorou o seu sistema de transporte sem a existência efetiva do Aglomerado Urbano, nada impede, até por um princípio lógico, que isso ocorra no Município de Várzea Grande. A autonomia, a prerrogativa administrativa, nos limites do município, é de competência dos prefeitos.

Então, pode sim o Município de Várzea Grande avançar na direção da organização do seu próprio sistema. Com certeza, se isso já tivesse sido feito, já teria levado a um processo muito mais adiantado do sistema de integração entre os dois municípios.

Com relação às empresas, cabe-me lembrar aqui que o transporte coletivo é uma concessão pública, explorado por empresas privadas, mas que precisa do controle público, porque é ele que vai dar as condições de controle dessa disputa de mercado que as empresas estabelecem. Então, se com o controle público confusões como essas se estabelecem, sem ele estaríamos vivendo um caos no setor, de toda forma. Mas essa não é a discussão, o meu pronunciamento é exatamente para justificar, corroborando o pensamento de V. Ex^a, a urgência em solucionar essa questão do transporte por causa da população.

Nós tivemos alguns contatos com lideranças comunitárias de Várzea Grande, com alguns vereadores, com o próprio Prefeito, com alguns Deputados, como V. Ex^a e o Deputado Moacir Pires, que conhecem até melhor do que eu aquele Município, e efetivamente há uma carência muito grande no setor, para a população.

Há também a preocupação dos trabalhadores que foram convocados, preencheram os requisitos, fizeram os testes, foram chamados e, de repente, se viram no meio dessa confusão toda, num momento de crise de emprego, de geração de empregos e tudo isso. A nossa preocupação é sairmos deste debate político, deste embate político-partidário em alguns aspectos, e que todos nós representantes do Poder Público possamos agir diante das nossas atribuições, este é o espírito da nossa participação nesta questão.

Portanto, desvincular uma eventual solução desta questão da efetiva implantação do Conselho Deliberativo do Aglomerado Urbano não prejudica nenhuma das duas necessidades. O Aglomerado Urbano não pode e não deve ser efetivado a toque de caixa, confundindo-se a sua magnitude, a sua amplitude, a sua complexidade, com uma questão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

pontual como o transporte coletivo. O urgente é uma solução para a saúde, por exemplo, entre os dois Municípios, é a questão ambiental... Se formos partir desse princípio, nós vamos demorar demais para encontrar outras soluções.

Inclusive tenho tratado com o Governo, tenho tratado com o Prefeito Jaime Campos, como de fato fiz ontem, e a despeito de estar defendendo a desvinculação de encaminhamentos, precisamos ter o apoio dos Prefeitos de Cuiabá e de Várzea Grande, e do Governador do Estado, para que não se prejudique o andamento do Aglomerado Urbano, e é inadiável uma solução mais urgente da questão do transporte coletivo.

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado.

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, nobres Pares, Deputado Carlos Brito, nós até entregamos, em mãos, a V. Ex^a, aqui no plenário, um manifesto sobre este assunto - e deixamos no seu gabinete um dia após a reunião aqui na Assembléia Legislativa -, mas eu gostaria de passar, em mãos, novamente, datado do dia 22, que foi quando solicitamos uma maneira de resolvermos o problema do Aglomerado Urbano, além de resolvermos o problema do passageiro, do usuário. Então, eu gostaria de passar à mão de V. Ex^a e deixar explicações mais detalhadas, para que não usemos o plenário da Assembléia para essa coisa.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço, Deputado Amador Tut, e comunico que recebi o documento, li, acho plausíveis algumas colocações, e o encaminhei a um grupo de assessores, que está trabalhando nesta questão - mas agradeço novamente o interesse de V.Ex^a.

Quero dizer que o entendimento é este, continuamos discutindo o Aglomerado Urbano. E por que eu digo que vai demorar mais um pouco? E não foi a Assembléia Legislativa, não foi o Deputado Carlos Brito, não foi o Deputado Moacir Pires, que participaram, como não foram os Vereadores nem os Prefeitos, foi a Procuradoria-Geral do Estado que entendeu que acabou o Decreto ficando maior que a Lei que criou o próprio Aglomerado Urbano, porque há inconstitucionalidade em alguns aspectos.

Portanto, se há necessidade de mexer na Lei, segundo a própria Procuradoria-Geral do Estado, Sr. Presidente, obviamente ela terá que ser reencaminhada à Assembléia Legislativa, isso por uma conclusão do próprio Governo e diante da legalidade. Ora, por mais pressa que queiramos ter nesta Casa, demandará algum tempo. E com a iminência do fim do período legislativo, tudo isso é um risco que corremos. Então, a necessidade de desvinculação é imperiosa. Nós estivemos com o Governador em exercício, Sr. Rogério Salles, expondo este quadro, e o Governador entendeu, convocou o Secretário de Infra-estrutura, o Secretário de Assuntos Estratégicos, Sr. Messias, que está conduzindo esta discussão do Aglomerado Urbano, e deu um comando para que em quinze dias seja elaborada uma proposta alternativa, dentro da legalidade, que permita uma solução conjunta dos municípios e do Governo do Estado.

No meu entendimento, volta a questão do convênio ou de algo parecido, mesmo que de forma precária, durante um tempo preestabelecido, desde que amparado legalmente, é óbvio, para que as empresas possam operar. Se será a empresa A, a empresa B ou a empresa C, não será o Deputado Carlos Brito, nem a Assembléia que definirão, porque existem órgãos competentes para isso, o que nós vamos fazer é acompanhar esta definição.

Nós não queremos, não devemos e não podemos misturar as coisas, a ação pública com a ação privada. A guerra da disputa privada tem que acontecer na licitação pública, tem que acontecer entre as empresas operadoras. No Poder Público não tem que

haver guerra na defesa do interesse público, ao contrário, tem que haver junção de forças, porque a nossa guerra se dá na campanha eleitoral, e essa já acabou. Então, é isso que eu tenho defendido dentro do Governo e junto aos municípios.

Portanto, a idéia é resgatarmos a discussão deste convênio, é buscar revesti-lo de legalidade, é ver o melhor caminho, se se autoriza de imediato a vinda de ônibus de Várzea Grande até o centro de Cuiabá, para que haja essa possibilidade. O que não pode é a população de Várzea Grande ver uma frota renovada em Cuiabá, ver os usuários de Cuiabá pagando um único passe e circulando pela Capital inteira, ver abrigo nos pontos dos ônibus, e em Várzea Grande não usufruírem dessa realidade, ao menos na mesma proporção e, às vezes, pagando até três passes para se locomoverem até Cuiabá, onde trabalham e têm outras necessidades para serem atendidas.

Nós entendemos, diante da apresentação que foi feita do sistema de integração, que está elaborado desde 1995 e atualizado em 1998, que contempla Cuiabá e Várzea Grande, feito em cima de estudos técnicos, prevendo a instalação de alguns terminais em Várzea Grande... Ora, construiu-se terminais em Cuiabá, renovou-se frota, melhorou o sistema e não havia o aglomerado urbano, então, há de ser possível fazer o mesmo em Várzea Grande. Qual é o impeditivo? Se não há viabilidade econômica para que as empresas invistam, vamos criar a viabilidade econômica...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede mais um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado.

O Sr. Amador Tut - Isso já está falado, foi autorizado, as empresas fizeram tudo, inclusive eu falei para V. Ex^a, na reunião, até as cestas de lixo... As empresas nunca deixaram de criar esta viabilidade econômica, nunca houve esta conversa. Toda vida elas solicitaram custo dentro dos limites. E não tem acontecido isso, ainda tem sido construído, elas aceitam a concorrência determinada por quem quer que seja... Quando nós predeterminamos, a concorrência fica um terço além do que foi feito sem a nossa determinação... Este é o ponto principal que já deliberamos. Até, como diz V. Ex^a, me arbitraram... Eu fiz tudo em vinte e quatro horas, porque a sociedade me cedeu a praça, e nós temos solicitado para fazer, nos termos necessários, em todos os setores. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BRITO - Bem, Deputado Amador Tut, eu estou me referindo à questão do Município de Várzea Grande, e lá é inegável que não existe um sistema integrado, não existe uma frota renovada na sua plenitude, e lá há um sistema de terminais - eu estou me referindo ao Município de Várzea Grande nesta parte do meu pronunciamento.

Portanto, depois de percorrer este caminho, de reunir trabalhadores da empresa, de reunir lideranças comunitárias de Várzea Grande, de nos reunir com o Governador do Estado e com o Secretário de Estado, de saber o posicionamento da Prefeitura de Cuiabá, através do Prefeito e do Secretário Municipal Yenes Magalhães, ontem fui ao Município de Várzea Grande e debati com o Prefeito Jaime Campos, oportunidade em que deveria ter sido acompanhado pelo Deputado Moacir Pires, que só não fui porque estava em Chapada dos Guimarães, juntamente com o Deputado Gilney Viana, discutindo uma outra questão, e os horários coincidiram, mas o que eu levei ao Prefeito Jaime Campos foi uma mensagem de entendimento, coloquei a necessidade imperiosa de que este terminal do Fiotão seja construído o mais rápido possível, coloquei a necessidade de um estudo de implantação do sistema urbano de Várzea Grande, e o Prefeito comprometeu-se a convidar a Empresa

Oficina, que foi a empresa que fez o estudo de integração, para explanar à população varzea-grandense, às autoridades várzea-grandenses de que se trata esta proposição.

E ainda se comprometeu, renovou-se, ao menos, a intenção de fazer a licitação pública no âmbito municipal, como, de fato, Cuiabá vai fazer também no âmbito municipal. Ou seja, relatamos a ele os entendimentos que temos tido com a Empresa Princesa do Sol, no sentido de garantir ao menos, dentro das possibilidades, o direito dos trabalhadores.

Então, a nossa idéia é buscarmos uma solução efetiva. O Poder Público cumprindo o seu papel e as empresas cumprindo a lei, sem que a população e os empregados sejam prejudicados.

O Sr. André Bringsken - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado.

O Sr. André Bringsken - Deputado Carlos Brito, eu tenho acompanhado atentamente o seu pronunciamento e visto esta preocupação que V. Ex^a expõe agora, principalmente observando o ponto de vista do usuário, porque os grandes prejudicados - como V. Ex^a já mencionou -, além dos trabalhadores que criaram toda uma expectativa em torno da geração de emprego, são os usuários...

O SR. CARLOS BRITO - Que também são trabalhadores!

O Sr. André Bringsken - Que também são trabalhadores, que vêm para o seu emprego, que vêm para o seu serviço, que vêm a lazer, ou que vêm a passeio, mas hoje são os grandes prejudicados por essa interrupção. Então, eu quero aqui externar o meu inteiro apoio a esta causa, dentro daquilo que for do nosso alcance.

E quero dizer, Deputado Carlos Brito, que todas as vezes que o Governo encara a iniciativa privada como parceiro, como vem fazendo o Governo Dante de Oliveira, o Governo Fernando Henrique Cardoso, a qualidade do serviço melhora. Nós vimos, nas privatizações que ocorreram, que houve um salto em qualidade, até porque muita coisa o Estado tem que entrar como parceiro, com parceria e não apenas ser um dos atores envolvidos...

O SR. CARLOS BRITO - Gestor.

O Sr. André Bringsken - ...um gestor que dê uma direção, que fiscalize a qualidade do serviço. E no transporte também houve um salto de qualidade para o passageiro quando nós aprovamos aqui o transporte alternativo, feito através das *Vans*. Eu que sou um Deputado do interior posso afirmar isso categoricamente. Quer dizer, hoje, há uma prestação de serviço no transporte de passageiros muito melhor. Inclusive, ele forçou para que as empresas tradicionais de transporte, de ônibus, melhorassem também o seu atendimento ao cidadão, porque houve uma liberação no mercado e a concorrência estimulou a melhoria da qualidade.

A outra questão do transporte coletivo, que alguns municípios ainda teimam em não deixar acontecer, é a questão do moto-táxi, que algumas cidades do interior aprovaram, funciona e funciona bem, para o benefício do cidadão, principalmente daquele menos favorecido que não tem condições de usar o táxi, e o moto-táxi atinge exatamente aquela camada que não consegue pagar táxi, mas que pode ter um transporte um pouco mais rápido, mais eficiente do que o transporte coletivo...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. André Bringsken - ...Então, eu gostaria de agradecer pelo aparte. E também gostaria de usar rapidamente este aparte para dar boas-vindas aos estudantes do Colégio Notre Dame, dizendo que esta Casa é de vocês, que esta Casa está aberta e, para nós, é um prazer recebê-los.

Muito obrigado, Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço o aparte do Deputado André Bringsken. Eu tenho algumas opiniões diferenciadas em relação à questão do moto-táxi, por exemplo, mas oportunamente poderemos discutir...

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Concedo o aparte ao Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite - Nobre Deputado Carlos Brito, o pronunciamento de V. Ex^a vem em boa hora, e a preocupação de V. Ex^a é válida.

Nós entendemos que o povo, o usuário de ônibus não pode “pagar o pato”. Eu acho que a culpa maior por essa situação é das autoridades competentes na questão da regulamentação do transporte, porque o usuário, tendo o ônibus, não está preocupado em saber que empresa está fazendo o transporte, ele quer ter ônibus, e de boa qualidade. E isso... Nós comprovamos que o Estado de Mato Grosso é um dos Estados da Federação brasileira que tem a melhor frota - inclusive faz a renovação - do Brasil, melhor que a de São Paulo, do Rio Grande do Sul...

Agora, nesta questão de Cuiabá e Várzea Grande, eu entendo que tem que se tomar uma decisão com o próprio DVOP. Nós aqui já discutimos a questão do transporte alternativo, porque também existe uma demora muito grande, tem que haver a regulamentação, que está sendo feita através de licitação, porque o que está existindo hoje, na minha avaliação... Do transporte alternativo, como o Deputado colocou, nós sempre fomos a favor, mas que haja uma regulamentação, porque está existindo uma ilusão: o cidadão compra uma *Van*, uma Besta - hoje eles estão se matando entre si -, e eu tenho uma preocupação, porque vai acontecer aqui no Estado, como ocorreu em São Paulo, porque não existe mercado para seiscentas ou setecentas *Vans* trafegarem, e além de não existir mercado, elas não são fiscalizadas. Há poucos dias, houve um acidente e morreram oito pessoas. Quem é o responsável no caso destas mortes? Tem que ser alguém, tem que haver uma fiscalização, e eu acho que o DVOP está cumprindo sua parte, mas nós precisamos cobrar não só por parte das empresas, todos os Deputados devem cobrar para que haja essa regulamentação...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Pedro Satélite - ...Para encerrar, eu entendo que a lei tem que ser preservada. Nós fazemos a lei, e Prefeito não tem autonomia para conceder autorização para funcionamento de linha intermunicipal, nem municipal, por isso a Constituição de 1988 deixou bem claro que só através de licitação e concorrência pública...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado Carlos Brito que restam três minutos para se esgotar o seu tempo.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço ao Deputado Pedro Satélite. Sobre essa questão das *Vans*, do transporte alternativo, eu também me habilitarei à discussão oportunamente, mas hoje havia me preparado, ou melhor, está mais atualizado, dentro do trabalho **que** estou fazendo, a questão específica do transporte coletivo entre Cuiabá e Várzea Grande. Eu acho que o transporte alternativo é uma das questões, inclusive por legislação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

aprovada nesta Casa, que precisa ter licitação também. Então, cabe uma discussão específica, até pelos problemas que V. Ex^a colocou aqui, porque também coloca em risco a população - essas coisas precisam ser bem colocadas.

Deputado Moacir Pires, gostaria de conceder um aparte, mas em razão do tempo parece-me que não é possível.

O Sr. Moacir Pires - Se V. Ex^a me conceder, eu pretendo usar só dois minutos.

O SR. CARLOS BRITO - A Presidência informa da não...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Sr. Deputado, restam a V. Ex^a apenas dois minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Deputado Moacir Pires, eu concedo um minuto a V.Ex^a, e no outro minuto faço a conclusão do meu pronunciamento.

O Sr. Moacir Pires - Só para dizer, Deputado Carlos Brito, que concordo com a preocupação de V. Ex^a em criarmos uma Comissão para resolver o problema, não para criar impasse com algumas empresas, mas no sentido de resolvermos, para ficar bom tanto para Várzea Grande quanto para Cuiabá.

O transporte coletivo, hoje, a população nos cobra, e a Assembléia Legislativa tem que participar, tem que dar o seu apoio - V. Ex^a esteve ontem em conversa com o Prefeito Jaime Campos, e disse que a conversa foi boa. A Assembléia Legislativa vai tomar uma posição. Vou fazer parte, junto com V. Ex^a, desta Comissão que foi criada por nós mesmos, por mim e por V. Ex^a. E quero dizer que todos os Deputados deveriam encampar esta campanha para que o DVOP assumira e resolva este problema, porque vem uma empresa nova, que precisa trabalhar, precisa gerar emprego e dar mais conforto aos usuários que querem um transporte melhor, mais confortável, novo, que não dê problema.

E quero agradecer também aos alunos do Colégio Notre Dame, que nos honram muito com suas presenças. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço o aparte do Deputado Moacir Pires. Lamentavelmente o tempo não foi suficiente para eu tocar em alguns aspectos, mas o farei em outras oportunidades.

Concluo, Sr. Presidente, também cumprimentando os alunos do Colégio Notre Dame, que participam hoje do Programa “Por dentro do Parlamento”, uma iniciativa feliz desta Assembléia Legislativa, através da Secretaria de Imprensa, para que vocês possam com isso perceber que efetivamente a representação neste Parlamento...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. CARLOS BRITO - ... é reflexo daquilo que ocorre na sociedade. Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero também, em nome da Casa, cumprimentar e agradecer a visita dos alunos do segundo ano do 2º grau do Colégio Notre Dame, participando do Programa “Por Dentro do Parlamento”, e também agradecer a presença da Irmã Margarita, que é a Diretora, e do Professor Sérgio Ferreira. E também dizer a vocês que nos visitam que este Programa foi criado pela Secretaria de Imprensa e oferece oportunidade para que vocês possam conhecer o que é o Legislativo Mato-grossense. Inclusive, há aqui inúmeros projetos de lei que dizem respeito a vocês, por exemplo, há um Projeto de nossa autoria que torna obrigatório o ensino de noções básicas de Direito Constitucional nas escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso, há um outro Projeto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da dependência química em matérias constantes da grade curricular de 1º e 2º graus das escolas públicas e privadas, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação. E estes Projetos serão amplamente discutidos em Audiência Pública - nós antecipadamente já deixamos o convite para que vocês possam participar dela.

Ainda no Grande Expediente, por três minutos, com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, nós estudamos as reclamações vindas de todo o Estado de Mato Grosso contra a Rede/CEMAT, e o aumento não é do ICMS, o aumento é sobre os serviços que a Rede/CEMAT está cobrando do usuário em todo o Mato Grosso. Como nós não temos tempo agora, nós aproveitamos e queremos que este tempo seja assegurado no período noturno.

Eu quero também aqui cumprimentar o Colégio Notre Dame, a sua professora, e a Secretaria de Imprensa desta Casa. Quando cheguei aqui, às 07:40 horas, eu vi, Sr. Presidente, alunos do Colégio hasteando a bandeira de Mato Grosso e a bandeira do Brasil. É um momento importante, porque hoje à tarde o Deputado Humberto Bosaipo, através da Assembléia Legislativa, vai realizar uma Audiência Pública sobre cidadania e direitos humanos. E, realmente, este Programa, trazendo os estudantes aqui na Assembléia, chama a atenção dos políticos de Mato Grosso, chama a atenção da juventude para participar da vida política na sua escola e defender os seus direitos de cidadão.

Então, eu quero pedir que V. Ex^a assegure o tempo para o período noturno, e com certeza nós vamos fazer um pronunciamento a respeito da Rede/CEMAT, cobrando e pedindo explicações dos motivos por que uma casa, há quatro meses, paga a mesma taxa de iluminação, gasta a mesma quantidade de energia, e no outro mês há um aumento de 40%, quase de 50%, sem o cidadão ter comprado mais uma geladeira ou colocado mais um chuveiro elétrico na sua casa. Fica para a Sessão da noite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações apresentadas nesta Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 217/99, Mensagem nº 40/99, de autoria do Poder Executivo, que fixa subsídio para o cargo de Auditor do Estado. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 236/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a denominação da ponte de concreto sobre o Rio Arinos, no Município de Juara. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 196/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que autoriza o Estado a receber títulos públicos federais em pagamento da dívida ativa inscrita no Estado. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 153/99, de autoria do Deputado Rene Barbour, que dá denominação a Rodovia MT-343 de Rodovia Estadual “Gastão de Matos Müller”. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 193/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre as normas a serem consideradas nos assentamentos rurais realizados no Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 107/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que institui o guaraná em pó como bebida símbolo do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 76/99, de autoria dos Deputados Amador Tut e Rene Barbour, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 137/99, de autoria do Deputado Alencar Soares, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em disponibilizar uma parte da corporação da Polícia Militar para atender especificamente a segurança nas instituições de ensino da rede pública municipal, estadual e federal, bem como obrigar as instituições de ensino particular a contratar segurança. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 167/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que autoriza o afastamento da servidora mãe de deficiente físico, sensorial ou mental para o fim que menciona. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 176/99, de autoria do Deputado Pedro Satélite, que dispõe sobre a criação do alojamento conjunto em unidades médico-assistenciais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

hospitalares no Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 199/99, de autoria do Deputado Elarmin Miranda, que dispõe sobre o parcelamento de dívida do IPVA e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário da Deputada Serys Shessarenko. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 214/99, de autoria do Deputado Moacir Pires, que dispõe sobre a isenção da taxa de IPVA para carros a álcool. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Moacir Pires - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Amador Tut - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut, que dispõe de vinte minutos.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nós não vamos usar os vinte minutos que temos, porque queremos dar oportunidade ao autor do Projeto se manifestar, o que nós queremos transmitir aqui é informação, realidade, fatos consolidados na vida, no dia-a-dia, no que precisa o Estado, nas condições de sobrevivência de nossa soberania, para nós ficarmos independentes, deixarmos de ser subordinados a usar produtos importados, de ficarmos subordinados até à falta de emprego. Hoje, nós precisamos fazer qualquer coisa nesse sentido, a situação econômica é mais do que gritante, e nós estamos aqui, simplesmente, de braços cruzados, deixando importar tudo, até o arroz e o feijão.

Não temos nem mesmo a oportunidade de fazer com que o nosso Estado, que é um dos melhores da Federação, talvez o melhor da Federação na área produtiva do sistema alcooleiro, e o mais longínquo de todos os outros Estados em termos de ponto do petróleo fóssil, porque mesmo que nós tivéssemos as jazidas próximas, não temos aqui, ainda, as refinarias, tem que esse produto voltar para Manaus, ou para o Nordeste.... O lugar mais próximo que temos é Paulínia. Infelizmente, custa esta ida e vinda. O que nós temos, hoje, só de caminhão levando e trazendo produto fóssil para poluir o nosso meio ambiente, para fazer a nossa incapacidade financeira, para deteriorar nossa economia... O que nós temos para vender são os nossos produtos vegetais. Então, não há obra nenhuma mais importante do que produzir, industrializar e consumir. Será a coisa mais importante nós conseguirmos alcançar estes três objetivos, Deputado Benedito Pinto. Nós produzirmos, industrializarmos e consumirmos. É difícil conseguir três coisas finalizadas num mesmo Estado, com a mesma objetividade. E aí nós temos a soberania de fato.

O Sr. Moacir Pires - V. Exª me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT - Eu vou conceder um aparte ao Deputado Moacir Pires, porque ele é incansável como nós, porque ele sabe que só resolveremos o problema do emprego no dia em que tivermos moeda valorizada no nosso Estado - eu vou ceder o restante do meu tempo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa que nos assiste, este é um Projeto que nós copiamos do Estado de São Paulo, que visa ao aquecimento da venda dos veículos a álcool, porque vendendo veículos a álcool nós estaremos vendendo um produto fabricado por nós, aqui. E nós sabemos, através dos Sindicatos, do próprio Deputado Amador Tut, do próprio Deputado Rene Barbour, que são usineiros, que todo o estoque de álcool de Mato Grosso está comprometido porque não tem mais para quem vender, não tem mais onde estocar o álcool.

E sabemos, também, a diferença entre o preço da gasolina e o preço do álcool, e também que o álcool não polui e não prejudica o meio ambiente; além disso, se este Projeto for aprovado, os consumidores, os compradores, as concessionárias, todas essas pessoas serão beneficiadas, inclusive o nosso Estado. E sabemos, também, Srs. Deputados, que se rejeitarmos este Projeto, estaremos rejeitando o emprego, a mão-de-obra que está no campo, que está trabalhando, porque amanhã ou depois o Deputado Rene Barbour não terá como colher a sua cana e fabricar o seu álcool, porque não tem mais onde estocar, e o álcool precisa ser vendido.

Então, é um projeto de suma importância para o nosso Estado. Um projeto que não dará prejuízo algum aos cofres públicos do Estado. É um projeto copiado do Governo do PSDB, do mesmo Partido do Governo Dante de Oliveira.

Então, eu gostaria de pedir a todos os Srs. Deputados que aprovem, que ajudem na aprovação desta emenda, porque a Assembléia Legislativa ficará com um pensamento positivo junto aos usineiros. Vejam bem, antes de apresentar este Projeto eu fiz uma reunião com proprietários e representantes de concessionárias do Estado de Mato Grosso, fiz uma reunião com os proprietários e sindicatos de usinas, da qual participaram o Deputado Amador Tut e a assessoria do Deputado Rene Barbour, que é proprietário, que é usineiro. Então, eu peço a colaboração de V. Ex^a, porque é um projeto que visa ao emprego e outros Estados estão fazendo a mesma coisa. Nós Deputados não podemos deixar que esta Casa de Leis derrube o nosso Projeto, que veto o nosso Projeto.

O Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOACIR PIRES - Concedo um aparte ao Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana - Deputado Moacir Pires, primeiramente eu gostaria de manifestar o meu integral apoio à iniciativa de V. Ex^a. Em segundo lugar, eu gostaria de ter sido o autor deste projeto, porque eu acho que ele é relevante por vários motivos: ele é gerador de emprego; ele desentoca - ou destoca, como diria na roça - o estoque excedente de álcool produzido pelas usinas de Mato Grosso; ele é menos poluente, não é totalmente isento de poluição, em relação aos combustíveis fósseis; ele é mais barato, porque incentiva a produção de álcool, e os motores a álcool são tecnologia nacional, brasileira, e nós temos possibilidade de vender *know-how* para o mundo; é baseado em energia renovável... Quer dizer, tudo isso indica a justeza do Projeto de V. Ex^a.

Eu diria que ele tem um senão, que se pudesse ser corrigido, isso seria oportuno, porque evitaria o veto do Governador. O Projeto de V. Ex^a é de isenção e não de redução. Se tivesse a oportunidade de fazer, talvez, uma redução de 90%, e deixasse os 10%, talvez fosse mais um ponto em que nós poderíamos prevenir o eventual veto do Governador.

Então, eu sugiro, sem prejuízo de votar favoravelmente ao Projeto de V. Ex^a, que nós estabeleçamos uma alternativa de redução, mesmo porque, ao contrário do que pensam os liberais, inclusive o Deputado Rene Barbour, que é um grande liberal aqui da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Assembléia Legislativa, nós do PT não somos a favor da anarquia fiscal. Ao contrário do que pensa muita gente, nós somos a favor da educação, porque o cidadão tem direitos e deveres, inclusive do ponto de vista fiscal, de contribuir para a coletividade com o imposto, isso é fundamental. E nós somos contrários aos impostos regressivos. Nós somos a favor dos progressivos, aqueles que têm maior renda pagam mais, aqueles que não têm renda não pagam, e aqueles de média renda pagam proporcionalmente.

Então, dito isso, termino solidário com V. Ex^a, apoiando o Projeto, e se houver oportunidade de revisão do texto para tirar a isenção, reduzindo para 90%, seria aconselhável politicamente, mas, em qualquer circunstância, votarei com V. Ex^a

O SR. MOACIR PIRES - Eu agradeço o seu aparte...

O Sr. Carlos Brito - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. MOACIR PIRES - Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Brito - V. Ex^a apresenta este Projeto com uma justificativa muito parecida com uma outra que eu apresentei, muito similar, que também concede incentivos fiscais aos proprietários de veículos que fizerem a conversão do motor do veículo de gasolina para álcool.

Com certeza, o Parecer do meu Projeto também vai ser idêntico ao de V.Ex^a, uma vez que a Comissão alega inconstitucionalidade em razão da iniciativa ser de competência do Poder Executivo e tratar-se de matéria fiscal, de matéria tributária.

Eu proponho a V. Ex^a, com o interesse de apoiar o seu Projeto e também o de nossa autoria, que peçamos à Mesa, se possível, a retirada da matéria, para irmos juntos até o Governo do Estado e ao Secretário de Fazenda, e discutirmos, enriquecidos com a sugestão do Deputado Gilney Viana. Mesmo que abrissemos para uma redução plausível, eu acho que seria mais prudente, porque, de toda maneira, uma votação deixando margem ao Governo para um veto não vai solucionar a nossa intenção.

Então, Deputado Moacir Pires, eu gostaria de sugerir exatamente o contrário, porque de nada adianta aprovarmos, em Plenário, a matéria e ela ir ao Governo e ser vetada. O veto não resolve a nossa pretensão, não resolve a questão que queremos atingir, que é beneficiar a sociedade.

Eu gostaria de propor algo intermediário, que peçamos a retirada da matéria de votação, para irmos juntos ao Governo tentar convencê-lo da aplicabilidade, da necessidade dessa iniciativa, e, quem sabe, transformamos tudo isso numa proposta só, ao abrigo constitucional que precisa ter, e não correremos o risco de, simplesmente, ter a matéria vetada e ter uma grande idéia que pode, realmente, beneficiar bastante gente prejudicada.

Então, até como autor de uma matéria similar, interessa-me este encaminhamento, proponho a V. Ex^a que façamos essa parceria e depois, dependendo do resultado da conversa com o Governo, nós voltaremos a ver que outros encaminhamentos podemos dar.

O SR. MOACIR PIRES - Nobre Deputado Carlos Brito, eu acho a idéia de V.Ex^a interessante, mas...

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOACIR PIRES - Só para concluir, Deputado Benedito Pinto.

Eu já conversei com a equipe econômica do Governo, e há mais ou menos vinte dias eu venho tentando marcar uma audiência com o Sr. Governador Dante de Oliveira,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

mas não consegui marcar ainda, para tratar deste assunto. Eu falei por telefone com ele, e falei com o Secretário Maurício Magalhães para agendar uma reunião.

Eu sei que o nosso Projeto, infelizmente, é inconstitucional, porque a Assembléia Legislativa não pode legislar sobre ele, teria que vir do Poder Executivo, mas é para chamar a atenção do Sr. Governador. É um Projeto que o próprio PSDB, em São Paulo, aprovou. E só para marcar a nossa posição, a posição dos Deputados, porque nós estamos de acordo em criar empregos, para os Deputados mostrarem que têm essa vontade de criar esse incentivo.

Então, eu gostaria que este Projeto que está aqui fosse aprovado pelos Srs. Deputados, porque eu sei que vai ser rejeitado pelo Sr. Governador, mas, para marcar pressão, Deputado, fiquei contente em saber que V. Ex^a apresentou uma matéria parecida com a minha, um Projeto parecido com o meu. Quer dizer, vai abranger mais pessoas que têm veículos usados, vai ajudar mais, vai vender mais álcool ainda.

Eu não gostaria de retirar o meu Projeto, gostaria que ele fosse aprovado, mesmo que o Governador o vete, porque eu tenho tentado marcar audiência e não consigo. Agora, ele está em férias por quinze dias. E se vier do Executivo - eu até disse isso à imprensa -, se vier do Executivo, pode entrar em vigor ainda este ano, porque se for proposta da Assembléia Legislativa, só a partir do próximo ano entrará em vigor.

Por isso, eu queria que a Assembléia aprovasse este Projeto. Eu peço aos nobres Pares que nos ajudem aqui, mesmo que o Governador vete e o povo fique em cima dele, porque se eu retirar e não conseguir marcar esta audiência com ele, como não tenho conseguido, vai ficar ruim para mim. E a reunião que eu fiz com os usineiros, com os concessionários? Como é que eu fico nessa?

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. MOACIR PIRES - Concedo o aparte ao Deputado Benedito Pinto e depois ao Deputado Rene Barbour.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Moacir Pires, eu acho que o mérito desse projeto não se discute, por ser um projeto futurístico, um projeto importante, o problema é que a Comissão tem limites, principalmente a Comissão de Constituição e Justiça, que tem que seguir o que é correto. Infelizmente, este Projeto recebeu Parecer contrário, creio que com o pesar de todos os membros da Comissão. Nós estamos mexendo num imposto que não é só do Estado, porque 50% dele são dos 136 municípios do Estado de Mato Grosso. Então, é um negócio bem complexo.

E a sugestão do Deputado Carlos Brito eu acho que seria a mais viável, porque estaríamos buscando uma política de resultados, para conseguir aprovar este benefício, para dar incentivo à produção, porque também hoje nós estamos preocupados com o outro lado.

O Deputado Rene Barbour é um cidadão que transformou o motor do carro dele de gasolina para álcool, quando o álcool custava de R\$0,55 a R\$0,60, e já está tendo prejuízo, porque o álcool já está a R\$0,80. Então, é um negócio complicado. Muitos cidadãos que transformaram o motor do carro de gasolina para álcool, pensando que o preço do álcool ia se manter nessa proporcionalidade em relação ao preço da gasolina, já estão arrependidos, porque em menos de dois meses o álcool praticamente dobrou o preço na bomba para o consumidor.

Então, eu creio que é um projeto complexo, e aconselho o Deputado Moacir Pires a discutir isso para encontrar um denominador comum, para termos o resultado que é o

objetivo do Projeto, Deputado Moacir; ou seja, dar incentivos para o aumento de produção, porque dando incentivo, naturalmente, haverá aumento da produção do álcool, e isso aumentaria a oferta de emprego, impostos. O resultado, eu creio que seja neste sentido.

Como a Comissão está impossibilitada de dar Parecer favorável, e nós temos que agir pela constitucionalidade, seria mais fácil não correremos o risco, Deputado Moacir Pires, de rejeitar a matéria aqui hoje, se V. Ex^a tem interesse na aprovação. Pode correr o risco. Concordo que nós temos, se o Líder do Governo liberar a Bancada e o Projeto for rejeitado...

(O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL)

O Sr. Benedito Pinto - ...É por experiência que eu estou aconselhando ao Deputado que faça um entendimento para ter um resultado do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua com a palavra o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente...

O Sr. Rene Barbour - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Rene Barbour, o Deputado Moacir Pires ainda está com a palavra. Eu peço que ele encerre sua fala ou dê um aparte.

O SR. MOACIR PIRES - Eu quero encerrar dizendo que eu vou marcar posição e não vou retirar o Projeto. Gostaria de contar com o apoio de todos os nobres colegas aqui, inclusive da Deputada Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Rene Barbour, que dispõe de cinco minutos.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de iniciar esta minha oratória respondendo a uma indagação do Deputado Benedito Pinto.

Se o álcool foi a R\$0,80, o que eu duvido, tem que se creditar isso aos comerciantes do álcool, aos especuladores do álcool, porque a usina continua vendendo a R\$0,38. Com toda essa movimentação que houve, só alcançamos R\$0,38. E nós estávamos vendendo, quando o litro estava sendo vendido a R\$0,60, a R\$0,20 o litro, e até por R\$0,19.

Ora, se nós preparamos a terra, calcariamos, temos o trabalho de fazer a muda, de adubar, de colher, fazer chegar à usina, industrializar esse álcool, vendendo a R\$0,30 ou R\$ 0,35, vamos culpar o setor responsável por isso e deixar que se venda o álcool a R\$0,60 ou R\$0,80.

Então, não são os produtores de álcool, Deputado Benedito Pinto, os responsáveis e, sim, a especulação, porque virou uma verdadeira especulação esse setor de álcool. De repente, os especuladores tomaram conta do mercado, e nós não podemos sacrificar um projeto tão importante como este, Deputado Riva, em Barra do Bugres, que gera dois mil e quinhentos empregos, e em Mato Grosso vinte e cinco mil empregos.

Eu vejo pela minha cidade. O comércio espera ansioso o início da safra, porque no início e no curso da safra eles sanam todas as falhas, todas as suas pendengas financeiras, porque dá uma movimentação geral na cidade. E é um produto nosso, um produto bem brasileiro. E o que ocorre? Quem sabe um País com tecnologia mais avançada, quem sabe, daqui a pouco, nós não estejamos importando álcool dos Estados Unidos? Discute-se tanto a ecologia... Ora, São Paulo, a Capital, tem dia insuportável, tem dia que a população não suporta. Se esses carros fossem movidos a álcool, não estaria acontecendo isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Um outro fator também que merece destaque é que o Governo, forças ocultas, Deputado Gilney Viana, essas forças ocultas das ONGs...

○ Sr. Gilney Viana (FALA DA BANCADA) - Não, das ONGs não!

V. Ex^a me concede um aparte?

○ SR. RENE BARBOUR - Deixe-me terminar o meu raciocínio.

○ Sr. Gilney Viana - Pois não!

○ SR. RENE BARBOUR - Em vez de eles arrumarem tecnologia para o motor, motor de máquinas pesadas, para os motores de caminhão, eles resolveram eliminar o Programa do Álcool, que não andou um milímetro! Nós devíamos estar movimentando a nossa frota de caminhões e de tratores com álcool. Hoje, realmente, boicotaram...

○ Sr. Gilney Viana - Quem?

○ SR. RENE BARBOUR GILNEY VIANA - Forças ocultas dos grandes países industrializados... Boicotaram o Programa do Álcool do Brasil.

○ Sr. Gilney Viana - Concordo com V. Ex^a.

○ SR. RENE BARBOUR - E não investiram no motor, ficou restrito aos motores de automóvel, de carro de passeio.

○ Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me concede um aparte?

○ SR. RENE BARBOUR - Então, veja que o problema é complexo, eu não discuto se isso é constitucional ou não, mas eu acho que é moral. Eu acho que o Governador tem interesse em resolver esse problema, melhorar as condições de subsistência do nosso Programa do Álcool. Eu acho que seria já uma manifestação favorável da Assembléia Legislativa, para mostrar ao Governador que a própria Assembléia já está de acordo com a viabilização deste Programa do Álcool.

Eu voto favoravelmente e libero a Bancada do Governo, porque eu posso conduzi-la ao voto...

○ Sr. Carlos Brito - V. Ex^a me concede um aparte?

○ SR. RENE BARBOUR - Concedo, nobre Deputado.

○ Sr. Carlos Brito - Agradeço, então, o aparte.

Deputado Rene Barbour, diante do pronunciamento de V. Ex^a, que é o Líder do Governo nesta Casa, não serei eu que também tenho projeto similar a insistir na tese anterior.

Eu quero dizer ao Deputado Moacir Pires, com o condicionamento de V. Ex^a e deste Plenário, que adote o mesmo princípio de V. Ex^a, Líder do Governo, quando da apreciação do projeto de nossa autoria, porque o Projeto de autoria do Deputado Moacir Pires concede benefícios aos adquirentes de veículos novos movidos a combustível álcool, e o de nossa autoria contempla aquela parcela da sociedade que já tem um veículo movido a gasolina e quer fazer a sua conversação para álcool. Daí não só beneficia essa pessoa, como movimenta todo o mercado das pequenas oficinas autorizadas para esse processo de conversão.

Então, com este condicionamento, que votemos as duas matérias já que elas têm as mesmas justificativas e também o interesse de beneficiar a população, não só o comprador do veículo, mas tudo que envolve, gera emprego, gera toda uma questão.

Dessa forma, retiro a minha propositura anterior e comunico ao Deputado Moacir Pires que voto com V. Ex^a. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Gilney Viana – V. Ex^a me permite um aparte, só para ter um diálogo franco, honesto e colaborativo com V. Ex^a?

O SR. RENE BARBOUR – Com muito prazer, ambientalista Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana – Deputado, eu concordo com tudo o que V. Ex^a falou, menos com essa história de V. Ex^a querer culpar as ONGs ambientalistas pela culpa de que o programa do álcool tenha sido, vamos dizer assim, derrocado. Ao contrário, Deputado, as ONGs ambientalistas estão no mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos e na Europa, e elas acham que o petróleo e todos os combustíveis fósseis são altamente poluidores, causam o efeito estufa, causam a chuva ácida; ao contrário dos combustíveis da biomassa, no caso o álcool, que é um combustível renovado... Todo ano V. Ex^a planta, V. Ex^a é plantador de cana, todo ano V. Ex^a gera, é diferente do petróleo, que tirou e acabou! Tem que esperar duzentos milhões de anos para gerar novamente uma quantidade que não está no horizonte da vida humana.

Então, o que eu digo para V. Ex^a, recuperando a História, é que os militares, aqueles que estabeleceram a ditadura no Brasil, eles tinham um incentivo nacional – gostaria de registrar isso, não morro de amores por eles e sofri nas mãos deles -, mas eles tinham um sentido histórico da Nação, inclusive, quando enfrentaram a crise do petróleo, eles buscaram alternativa na biomassa e no Programa do Álcool...

O Sr. Moacir Pires - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - É para discutir o Projeto!

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Gilney Viana está discutindo e, logicamente, ele está ligando uma questão com outra, e faz sentido. Continua com a palavra o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, vejam bem, os militares incentivaram o ITA-Instituto Tecnológico da Aeronáutica e outras entidades governamentais, centros de pesquisa de excelência, e geraram o motor a álcool, o combustível álcool, transformaram... O grande problema, Deputado, e V. Ex^a sabe disso, é que depois de um pico do preço do petróleo as Sete Irmãs, juntamente com a OPEP, calibraram a questão mundial e rebaixaram o preço do petróleo durante muitos anos, e isso quebrou o programa de álcool nacional, já no período do Sarney e, depois, no período de transição, com o Itamar Franco.

Então, o que aconteceu? Desequilibrou a tal “conta-álcool”, porque o equivalente do barril de petróleo em álcool ficou relativamente não competitivo, e a PETROBRÁS teria que compensar essa “conta-álcool” para que o álcool combustível chegasse ao mercado...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - Então, Deputado Rene Barbour, terminando, esse fato hoje já não justifica, porque o barril de petróleo chegou a até 21, 17, 19 dólares, supervalorizando, tornando novamente exequível lançar o álcool em substituição ao petróleo no mercado nacional. Não tem nenhuma justificativa, se nós olharmos só os argumentos econômicos, mas os argumentos ambientais são altamente favoráveis, e só por eles eu já

apoiaria. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que tudo isso é uma maquinação de quem domina a indústria petrolífera, e não das ONGs ambientalistas. Ao contrário, as ONGs ambientalistas apóiam integralmente o Projeto do Deputado Moacir Pires e o discurso de V.Ex^a. Se nós temos divergências, elas estão em outra ordem, e eu faço questão, quando as ONGs estiverem reunidas, de fazermos uma visita a V. Ex^a, para estabelecer um diálogo franco, porque eu estou vendo que V. Ex^a tem uma cabeça aberta e está aberto a novas idéias. Muito obrigado.

O SR. RENE BARBOUR - Deputado Gilney Viana, se recorrermos ao Serviço de Taquigrafia, V. Ex^a verá que eu não falei ONGs ambientalistas, eu falei ONGs. Essa praga que está assolando o nosso País...

O Sr. Gilney Viana - Existem ONGs e ONGs... Eu concordo com V. Ex^a.

O SR. RENE BARBOUR - ...Querendo fazer com que o País, o nosso Brasil, continue um País de Terceiro Mundo, subdesenvolvido, colônia dos Estados Unidos, é o capital estrangeiro que está querendo sufocar o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento da nossa agricultura, da nossa indústria.

Nós não estamos fugindo do assunto, Deputado Gilney Viana...

Eu diria aos Srs. Deputados que o Governador do Estado está querendo uma reunião com os produtores de álcool, para fazermos uma montagem que possa viabilizar as indústrias, para elas não irem ao desastre da falência - vamos usar esse termo -, porque elas não subsistem dessa maneira. Nós vamos estrangular definitivamente o Programa do Alcool no Brasil.

Esse projeto do Deputado Moacir Pires pode não vingar, vamos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas é um alerta ao Governo, é uma manifestação da Assembléia Legislativa, dizendo que há interesse da Assembléia, também, em resolver o Programa do Alcool. Portanto, eu voto favorável, Deputado Moacir Pires, como cidadão e como Deputado, e libero a Bancada do Governo para votar de acordo com a consciência de cada um. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa e assistência:

O Projeto de autoria do Deputado Moacir Pires vem ao encontro daquilo que nós pleiteamos, que é principalmente propiciar mais emprego, para que não fique estacionado, e é claro por uma questão justa, principalmente para o produtor.

É bom que se diga aqui, Sr. Presidente, que é preciso rever a tabela de preço do álcool, principalmente se acontecer... Oxalá o Governador sancione o Projeto, para que possamos ainda mais, com esse incentivo, com a aplicação desse Projeto de Lei de autoria do Deputado Moacir Pires, conseguir que os usineiros abaixem o preço do álcool. Eu acho que é possível, basta pegarmos a tabela de custo de produção deles, porque eu acho que os usineiros querem negociar, principalmente as refinarias não vêem dificuldade nisso.

Então, aquilo que o Deputado Rene Barbour falou vai ao encontro da proposta do Governo, é preciso sentar com o produtor, com o refinador, com os proprietários de postos de gasolina e rever essa situação, porque é muito fácil a Assembléia Legislativa aprovar

grandes projetos com a questão de se criar empregos, com a questão da produção, mas não vemos isso. Inclusive, Sr. Presidente, V. Ex^a também há de convir comigo que queira ou não há um *lobby* da Bancada Ruralista, que foi maior no Congresso Nacional, e aprovou a renegociação de dívidas, que é um absurdo, é imoral num País como o nosso, que está com um déficit público como o que nós temos. E estamos vendo o Governo Federal...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Só vou terminar o meu raciocínio, Deputado Rene Barbour, em seguida concederei um aparte a V. Ex^a.

O Governo Federal está fazendo a renegociação de dívida em questões que não existem, para o grande produtor, e o pequeno produtor ficou com 20%.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, se um coitado dever a *City Lar* cinco pagamentos de R\$25,00, vão lá ver se ela quer negociar... E o Governo fala tanto em déficit público, FMI... Depois de acertar na Comissão, no plenário, o Governo Federal cedeu e os grandes produtores ganharam mais uma vez.

Concedo um aparte ao Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu não sei se V. Ex^a é homem que saca dinheiro em banco... Quando os produtores pediram um desconto na agiotagem feita dentro dos bancos oficiais - porque o agricultor mal sucedido, com uma safra parcialmente frustrada, ele não paga o banco, ele cai na inadimplência... V. Ex^a sabe qual é o juro da inadimplência? É o juro da agiotagem, é 7%, é 8%, é 9%, é 10%! O que os produtores foram pedir não foi abatimento nas dívidas, abatimento nesses juros de agiotagem que os bancos estão cobrando. Eu digo isto não para fazer defesa em causa própria, porque eu não devo ao banco, eu não faço financiamento em banco. Agora, eu estou sabendo que a zona rural quebrou, não por incompetência do produtor, mas devido à extorsão desses juros. V. Ex^a não é do ramo. Eu até gostaria... Foi mal encaminhada essa campanha pelos produtores, porque eles deveriam ter levado à imprensa o valor dos juros que estão pagando. Eles querem que esse desconto venha a ser o quê? Um percentual pequeno nos juros de agiotagem, repito sempre, que pagam a esses bancos oficiais.

É isso, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. O produtor de álcool, também, eu acho que V. Ex^a não estava aqui, o álcool não subiu na indústria... É preciso que se combata a especulação, os especuladores, os atravessadores, porque o álcool continua com um preço acessível, praticamente não mudou de preço. As usinas foram beneficiadas agora, porque está havendo um consumo maior, mas nós ainda estamos vendendo álcool a trinta e poucos centavos o litro. Se subiu para R\$0,80, é preciso que o Governo vá ver com os revendedores de onde é que está saindo essa diferença. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Nobre Deputado Rene Barbour, conhecedor da causa, V. Ex^a iluminou mais as minhas palavras. Eu quero dizer que em alguns pontos eu concordo com V. Ex^a, mas esse mesmo produtor que V. Ex^a cita, em relação a essa questão de agiotagem, é quem tem trator com ar-condicionado, que anda de F-100, não é o coitado do pequeno produtor, Deputado Rene Barbour. V. Ex^a me perdoe, mas o que o Governo Federal fez foi uma atitude imoral, não foi nem irresponsável, porque quem vai pagar isso é o cidadão. V. Ex^a me perdoe, mas eu não concordo com isso, de jeito nenhum, porque 11%, 12% de juros ao ano não é agiotagem de maneira nenhuma.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Concordo com V. Ex^a, que conhece o assunto, mas produtor nenhum vai me provar que não paga juros de 12% ao ano, fazendo colheita com ar-condicionado na colheitadeira, e o trator arando para ele também com ar-condicionado, e depois quem vai pagar é o pequeno produtor.

E também, Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao nobre Deputado Moacir Pires que V. Ex^a já deve ter a maioria dos votos aqui deste Plenário. Eu vou liberar o Bloco Autonomia, mas gostaria que V. Ex^a, como Deputado coerente e humilde, dissesse à sociedade mato-grossense que quem aprovou o Projeto de V. Ex^a, de autoria de V. Ex^a, foi a Assembléia Legislativa. Não é essa história que acontece aqui, com a Bancada do PT e do PMDB, que depois diz que são “os pais da criança”. Isso tem que parar de acontecer aqui, inclusive em propaganda eleitoral. Quem aprovou foi o Plenário. Se houve redução do IPVA aqui, mesmo que não tenha contentado o PT, o PMDB, foi iniciativa de nós todos, não foi de meia dúzia, não, Deputado Gilney Viana, e vamos deixar bem claro isso!

O nobre Deputado Zé Carlos do Pátio anda falando no Estado inteiro que foi ele que abaixou o ICMS da luz...

Essa imoralidade tem que acabar! Aqui, quem decide é o Plenário, ou seja, somos nós. Inclusive, até fotos de Deputados em jornais, televisão, mostrando que foram esses que votaram contra e aqueles que votaram a favor. Ou nós vamos fazer política decente aqui perante a sociedade mato-grossense, ou vamos parar de fazer embromação e demagogia...

O Sr. Moacir Pires - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - ...E toda vez que um Deputado apresentar um Projeto aqui, o Plenário votar favorável e ele disser que foi ele que aprovou, eu vou questionar aqui na tribuna.

Concedo um aparte ao Deputado Moacir Pires, mas se for para defender produtor, eu não vou conceder aparte a V. Ex^a, eu gostaria que V. Ex^a defendesse o seu Projeto.

O Sr. Moacir Pires - Eu quero agradecer a V. Ex^a por ter liberado o Bloco Autonomia e por ter declarado o seu voto favorável ao nosso Projeto. E quero pedir ao PT, ao Deputado Gilney Viana e à Deputada Serys Silhessarenko que não debatam com V. Ex^a agora, para não prejudicar o meu Projeto, mas eu vou debater com V. Ex^a esta noite, aqui na Sessão, e espero que V. Ex^a venha, porque eu vou defender os produtores. Agora não! Agora, eu vou defender o meu Projeto, e eu quero agradecer, de antemão, o seu voto. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - V. Ex^a sabe que em todas as Sessões eu estou aqui, não precisa perguntar se eu venho ou não. Eu gostaria de debater com V. Ex^a, inclusive eu vou trazer umas fotos de uma colheitadeira com ar-condicionado, uns tratores com ar-condicionado, desses que foram perdoados da dívida com o Banco do Brasil, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, todos os Srs. Deputados votaram contrário ao Parecer.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, derrubado o Parecer. Vai à 2ª discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Requerimento de autoria do Deputado Amador Tut, ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, solicitando informações referentes ao Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à Prefeita de Alto Araguaia, Sr^a Noemia Presser Niedermeier, pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulação de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador Fernando Subtil de Almeida, pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulação de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Presidente da Câmara Municipal de Poxoréo, Vereador José Correia Filho, pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulação de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Prefeito de Poxoréo, Sr. Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, pela passagem, no dia 26 de outubro, do sexagésimo primeiro aniversário de emancipação político-administrativa desse município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando regime de urgência urgentíssima ao Projeto de Resolução de autoria dos Srs. Deputados Humberto Bosaipo, Serys Shhessarenko e Gilney Viana, que cria a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício, Deputado Alencar Soares, que a reúna em plenário e emita parecer a respeito da matéria.

Quero registrar, em nome do Deputado Gilney Viana, a presença em nossas galerias do Vereador Zé do PT, e agradecer por sua presença. E também a presença do Vereador Geraldo, de Pontes e Lacerda, informando que nós pretendemos criar lá dois novos municípios, a pedido das lideranças locais.

A Comissão de Constituição e Justiça encontra-se reunida em Plenário, sob a Presidência do Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Reunida a Comissão de Constituição e Justiça em Plenário, indico o Deputado Benedito Pinto como Relator da referida matéria.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO (RELATOR) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Alencar Soares, Srs. Deputados aqui presentes, temos o Projeto que cria a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Trata-se de um Projeto de Resolução de autoria dos Deputados Humberto Bosaipo, Serys Slhessarenko e Gilney Viana, que, sem dúvida, é de grande importância, porque essa Comissão se faz necessária e nós não temos na Casa uma Comissão Permanente sobre esse assunto. Na verdade, o Conselho trabalha de uma outra forma, mas a Comissão vem tratar dos assuntos mais diretos, das matérias que sempre estão tramitando nesta Casa com relação aos direitos humanos.

Como membro e representante da Assembléia Legislativa no Conselho de Segurança do Estado, nas diversas reuniões que temos tido no Conselho, vemos de perto que há necessidade de termos essa Comissão aqui na Assembléia.

Hoje, tudo o que se vê de mais comum são problemas, às vezes, de desrespeito a direitos humanos. Na verdade, essa Comissão veio em boa hora, e nós relatamos favoravelmente ao Projeto de Resolução.

Então, com o meu voto favorável, devolvo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Alencar Soares, para fazer a coleta de votos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o Deputado Humberto Bosaipo para assumir a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:49 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Continua com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Passemos à coleta de votos: Deputado Hermínio J. Barreto (COM O RELATOR). Como Presidente, eu também voto favorável à criação da Comissão.

Portanto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com três votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Esta Presidência convoca uma Sessão Extraordinária para as 10:51 horas, para apreciar, em segunda discussão, o Projeto de Resolução de criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democrática Brasileira - Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, André Bringsken e Nilson Leitão; da Bancada do Partido Popular Socialista - Humberto Bosaipo e Jair Mariano; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Milton Rodrigues; da Bancada do Partido Progressista Brasileira - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Carlão Nascimento e Everaldo Simões, do PSDB; Romoaldo Júnior, do PPS; Joaquim Sucena, do PFL; e Elarmin Miranda, do PMDB.

Declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda